



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO
SISTEMA DE REGISTROS DE PREÇOS - SRP
MENOR PREÇO

**APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO NA GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS DE QUALIFICAÇÃO VIÁRIA
NA ÁREA DE ATUAÇÃO CODEVASF/SEDE.**

OUTUBRO/2025



SUMÁRIO

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO	2
2. TERMINOLOGIA E DEFINIÇÕES	2
3. FORMA DE REALIZAÇÃO, MODO DE DISPUTA, REGIME DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.....	5
4. LOCALIZAÇÃO DO OBJETO.....	5
5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	5
6. EQUIPE TÉCNICA	12
7. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	13
8. VISITA AO LOCAL DAS OBRAS.....	13
9. PROPOSTA FINANCEIRA	14
10. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	16
11. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA, REFERÊNCIA DE PREÇOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	18
12. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA	19
13. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	19
14. REAJUSTAMENTO	22
15. ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO.....	23
16. ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS	23
17. APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS.....	24
18. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO.....	24
19. GARANTIA DE EXECUÇÃO.....	25
20. MULTAS	26
21. FISCALIZAÇÃO.....	28
22. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS	33
23. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE.....	33
24. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO.....	34
25. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	34
26. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF	39
27. MATRIZ DE RISCOS.....	39
28. CONDIÇÕES GERAIS	40
29. ANEXOS.....	41



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objetivo deste Termo de Referência é a contratação de apoio técnico-administrativo na gestão de contratos e convênios de qualificação viária na área de atuação da CODEVASF/SEDE.

1.2. Código SIASG – CATSER:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	VALORES - R\$	
				UNITÁRIO	TOTAL
1	Supervisão / Gerenciamento / Fiscalização	1341	Km	35.961,77	17.980.884,53

2. TERMINOLOGIA E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os serviços acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

- a) **ÁREA DE DESENVOLVIMENTO E INFRAESTRUTURA – AD** - Unidade de administração superior da Codevasf, a qual está afeta as demais unidades técnicas que têm por competência a fiscalização e a coordenação dos serviços de engenharia objeto deste Termo de Referência.
- b) **CODEVASF** – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.
- c) **CONTRATADA** – Empresa licitante selecionada e contratada pela Codevasf para a execução dos serviços.
- d) **CONTRATANTE** – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba, doravante denominada Codevasf.
- e) **CONTRATO** – Documento, subscrito pela Codevasf e pelo licitante vencedor do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços.
- f) **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO** – Representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho ou serviço, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliado aos custos ou preços.
- g) **ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA** – Documento que descreve, de forma precisa, completa e ordenada, os materiais e os procedimentos de execução a serem adotados na construção. Têm como finalidade complementar a parte gráfica do projeto. São partes integrantes das especificações técnicas
- h) **FISCALIZAÇÃO** – Equipe ou empregado da Codevasf designados para exercer, em sua representação, a fiscalização do contrato.
- i) **LICITANTE** – Empresa habilitada para apresentar proposta.
- j) **MATRIZ DE RISCOS** – cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações:
 - l. Listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato, impactantes no equilíbrio econômico-financeiro da avença, e previsão de eventual necessidade de prolação de termo aditivo quando de sua ocorrência;

- II. Estabelecimento preciso das frações do objeto em que haverá possibilidade das contratadas para inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em obrigações de resultado, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico da licitação;
 - III. Estabelecimento preciso das frações do objeto em que não haverá liberdade das contratadas para inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em obrigações de meio, devendo haver obrigação de identidade entre a execução pré-definida no anteprojeto ou no projeto básico da licitação.
- k) **NOTA DE EMPENHO** – Documento utilizado para registrar as operações que envolvam despesas orçamentárias, onde é indicado o nome do credor, a especificação e a importância da despesa.
 - l) **OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA** – São todas as atividades relativas à execução das obras civis, de construção, reforma, recuperação ou ampliação de bem imóvel.
 - m) **PCMSO** – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, é um programa que deve ser elaborado e implantado em todas as empresas que possuam funcionários registrados. A obrigatoriedade de implantação do PCMSO é dada pela NR 7, em seu item 7.1.1.: “Esta Norma Regulamentadora – NR estabelece a obrigatoriedade de elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – objetivo do PCMSO é estabelecer um sistema de detecção precoce de doenças relacionadas ao trabalho. Como parte integrante do PCMSO são realizados os seguintes exames médicos ocupacionais: pré-admissionais, periódicos, retorno ao trabalho, mudança de função e demissionais.
 - n) **PLANILHA DE CUSTOS DO VALOR DA PROPOSTA DA LICITANTE** – Representa o produto do somatório do preço da Licitante de cada item discriminado, multiplicado pelos respectivos quantitativos, gerando o valor para execução do objeto que se pretende contratar.
 - o) **PLANILHA DE CUSTOS DO VALOR DO ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA** – Representa o produto do somatório do preço de referência da Codevasf de cada item discriminado, multiplicado pelos respectivos quantitativos, gerando o valor estimado para a reserva orçamentária e o limite para o pagamento do objeto que se pretende contratar.
 - p) **PLANO DE TRABALHO** – Documento que descreve a sequência de fases de uma tarefa ou a sequência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, indicando, inclusive o tempo a ser gasto em cada uma.
 - q) **PGR** – Programa de Gerenciamento de Riscos, é a materialização do processo de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (por meio de documentos físicos ou por sistema eletrônico), visando à melhoria contínua da exposição dos trabalhadores por meio de ações multidisciplinares e sistematizadas. O PGR deve ser composto, no mínimo, por dois documentos: o Inventário de Riscos Ocupacionais e o Plano de Ação.
 - r) **PROJETO BÁSICO** – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilita a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:
 - I. Desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global do empreendimento e identificar seus elementos constitutivos com clareza;
 - II. Soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a restringir a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo

e de implantação do empreendimento a situações devidamente comprovadas em ato motivado da administração pública;

- III. Identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à implantação do empreendimento, bem como especificações que assegurem os melhores resultados para o mesmo;
 - IV. Informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a implantação do empreendimento;
 - V. Subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da implantação do empreendimento, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso, exceto, em relação à respectiva licitação, na hipótese de contratação integrada;
- s) **PROJETO EXECUTIVO** - É o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.
 - t) **PROPOSTA DE PREÇOS** – Documento gerado pelo licitante que estabelece os valores unitário e global dos serviços e fornecimentos, apresentando todo o detalhamento dos custos e preços unitários propostos.
 - u) **PROPOSTA TÉCNICA** – Documento apresentado, fundamentado no detalhamento estabelecido neste Termo de Referência, subsidiado por justificativas metodológicas, bem como dos recursos humanos e materiais, definidos e quantificados a critério do concorrente licitante, segundo os quais o mesmo se propõe a executar os serviços.
 - v) **RELATÓRIO MENSAL DE ANDAMENTO** – Documento a ser emitido pela contratada, com o resumo da situação física e financeira, contendo: cumprimento da programação, ocorrências, recomendações, além de conclusões e projeções a respeito de prazos e custos. Este documento deverá ser apresentado pelo concorrente licitante, que evidencia o resultado parcial da execução dos serviços ou de componentes dos serviços para acompanhamento mensal dos serviços prestados.
 - w) **REUNIÃO DE PARTIDA** – Reunião com as partes envolvidas, CONTRATADA, Codevasf e fornecedores, onde se define todos os detalhes do plano de trabalho e dá-se o “start up” da execução das obras.
 - x) **SERVIÇOS SIMILARES OU CORRELATOS** – Projetos elaborados anteriormente com o mesmo grau de dificuldade e controle dos propostos neste Termo de Referência. Para fins deste Termo de Referência é considerado serviços similares a elaboração de estudos ou projetos (básico ou executivo ou como construído) ou apoio técnico administrativo e fiscalização de obras de pavimentação flexível e/ou rígidas e/ou obras de pontes.
 - y) **SIASG** - é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. É utilizado por várias entidades da Administração Pública Federal (Ministérios, Secretarias, etc.). Pode ser acessado pelo Portal de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras.
 - z) **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL** – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da Codevasf.
 - aa) **TERMO DE REFERÊNCIA** - Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os serviços a serem contratados ou os bens a serem fornecidos.



3. FORMA DE REALIZAÇÃO, MODO DE DISPUTA, REGIME DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 3.1. Forma de realização: Pregão Eletrônico.
- 3.2. Procedimento licitatório: Sistema de Registro de Preços (SRP).
- 3.3. Será admitida a adesão apenas das Superintendências Regionais da Codevasf.
- 3.4. Modo de disputa: Aberto, orçamento público.
- 3.5. Regime de execução: Empreitada por preço unitário.
- 3.6. Critério de julgamento: Menor preço.
 - 3.6.1. Intervalo mínimo entre os lances: 0,5% (meio por cento) que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 3.7. Classificação da aquisição: Serviço comum.

4. LOCALIZAÇÃO DO OBJETO

- 4.1. Os serviços objeto deste Edital serão executados na área de atuação da Codevasf/Sede, conforme as localidades relacionadas no Anexo VII (Relação da Área de Atuação da Codevasf/Sede) deste Termo de Referência, sendo a indicação dos locais de definição exclusiva da Codevasf.

5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1. Os serviços objeto do presente Termo de Referência compreendem:
 - a) Apoio técnico à gestão de contratos e convênios de qualificação viária;
 - b) Equipamentos e Materiais;
 - c) Controle tecnológico / Ensaios;
- 5.2. **Apoio técnico administrativo na gestão de contratos e convênios de qualificação viária (Equipe)**
 - 5.2.1. As equipes de apoio serão coordenadas pelo engenheiro sênior e/ou pelo fiscal do contrato da Codevasf.

As equipes serão compostas conforme avançam as contratações de km de pavimentação na Codevasf. Sendo a equipe designada para supervisão por km composta de:
 - a) Apoio Técnico Administrativo à gestão de contratos e convênios de qualificação viária:
 - a.1) Gestão do contrato (Mão de Obra - MO):
 - I. 0,08 (mês) Engenheiro Sênior Gestor por km;
 - a.2) Coordenação do contrato (Mão de Obra – MO):
 - II. 0,08 (mês) Engenheiro Sênior Coordenador por km;
 - a.3) Equipe de Apoio Técnico-Administrativo - Codevasf/Sede (Mão de Obra - MO):
 - I. 0,4 (mês) Engenheiros sêniores por km – 5 engenheiros atuando por 0,08 mês por km;
 - II. 0,4 (mês) Engenheiros plenos por km - 5 engenheiros atuando por 0,08 mês por km;
 - III. 0,08 (mês) Ajudante administrativo por km;
 - 5.2.2. A CONTRATADA deverá garantir que os profissionais indicados no item 5.2.1 a.3), Apoio Técnico e administrativo, sejam admitidos, em quantitativos à critério da Codevasf, em até 30 dias após a assinatura da Ordem de Serviço (OS), conforme a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), assegurando o cumprimento integral da legislação trabalhista e previdenciária vigente. Garantidos

todos os direitos previstos, incluindo, mas não se limitando a: salário compatível com a função exercida, registro em carteira de trabalho, recolhimento de encargos sociais, férias remuneradas, 13º salário, FGTS, INSS, adicional de insalubridade ou periculosidade (quando aplicável), vale-transporte, vale-alimentação/refeição (quando previsto em convenção coletiva) e demais benefícios determinados por acordos ou convenções coletivas da categoria.

5.2.2.1. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo cumprimento dessas obrigações, devendo apresentar, sempre que solicitado, comprovação do vínculo empregatício e da regularidade dos pagamentos e recolhimentos junto aos órgãos competentes.

- 5.2.3. A execução dos serviços ocorrerá mediante a autorização do fiscal do contrato, ou pessoas por ele autorizada, via ordem de serviço específica, e executada por equipe de trabalho dimensionada de acordo com a necessidade da Codevasf para o cumprimento da tarefa descrita no escopo da respectiva OS.
- 5.2.4. O fiscal do contrato, mediante demanda das gerências de apoio, deverá elaborar as solicitações de serviços, conforme demanda das atividades, na qual as equipes de apoio deverão iniciar os serviços solicitados.
- 5.2.5. Durante a execução do contrato, a contratada deverá desenvolver as atividades descritas a seguir sempre que demandada pela Codevasf:
- a) Representar a Codevasf no ambiente da obra;
 - b) Acompanhar a implantação e a execução da obra;
 - c) Acompanhar às medições dos serviços executados, conferindo-os e encaminhando-os ao fiscal da obra para ateste;
 - d) Responder às solicitações técnicas demandadas por empresas detentoras de contratos de execução das obras e serviços de engenharia, acionando o fiscal designado sempre que necessário, o qual acionará, se for o caso, projetistas, consultoria e a Área competente da Codevasf;
 - e) Auxiliar o fiscal nas vistorias de obras e serviços de engenharia verificando sua conformidade com as normas vigentes e o cumprimento de orientações técnicas;
 - f) Participar de operações especiais em situações de emergência;
 - g) Emitir relatórios mensais sobre os resultados das fiscalizações efetuadas e demais relatórios solicitados pelo fiscal do contrato;
 - h) A equipe de apoio, quando em campo, deverá fazer o registro da obra tanto em imagens quanto em vídeo, produzindo posteriormente relatório fotográfico e entrega do arquivo de vídeo;
 - i) Deverá ser confeccionado, pela equipe de apoio de campo, Diário de Obras sobre o andamento dos serviços, contendo, no mínimo, informações sobre o quantitativo de mão de obra e equipamentos, registros da visita da fiscalização da Codevasf à obra e eventuais determinações realizadas pelo fiscal, registro dos dias de chuva ou outras ocorrências que impactem o andamento da obra e indicações dos serviços em execução no dia, inclusive, com indicação do local (estaca, segmento ou coordenadas);
 - j) Elaborar e prestar apoio na análise de projetos e representações *as built* das obras e serviços de engenharia;
 - k) Manter o fiscal da obra permanentemente informado a respeito das irregularidades encontradas;

- l) Apresentar críticas e propor sugestões que visem tornar a fiscalização efetiva e aprimorar a agilização dos trabalhos de fiscalização, tornando-os mais eficazes, propondo medidas regularizadoras;
- m) Planejar inspeções, estabelecer prioridades juntamente com a fiscalização da Codevasf;
- n) Realizar outras atividades de natureza correlata.
- o) Manter os Gestores da Codevasf permanentemente informados a respeito do andamento dos contratos de qualificação viária;

5.2.6. Atividades técnicas de escritório:

- a) Apoio na elaboração e consolidação de documentos técnicos: preparação de termos de referência, estudos técnicos preliminares (ETPs), notas técnicas, despachos administrativos e demais peças necessárias ao planejamento e gestão de obras; definição e consolidação de especificações e diretrizes técnicas aplicáveis a obras e convênios.
- b) Análise e emissão de manifestações técnicas: elaboração de pareceres técnicos; produção de relatórios gerenciais; conferência de medições de pagamento; avaliação crítica de cronogramas físico-financeiros.
- c) Gestão e monitoramento de informações: estruturação, acompanhamento e validação de registros técnicos; inserção, atualização e controle de documentos nos sistemas corporativos da Codevasf; consolidação de informações para apoio à tomada de decisão e controle gerencial.
- d) Análise de conformidade: verificação da aderência de documentos, processos e registros técnicos às normas aplicáveis, às especificações contratuais e às diretrizes institucionais.
- e) Suporte à fiscalização e à instrução processual: apoio técnico às atividades de fiscalização de obras e convênios; instrução e análise de processos relacionados à execução, acompanhamento e controle técnico-administrativo.

5.2.7. Os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:

- a) Às disposições legais da União, do estado correspondente e dos municípios da área de atuação da Codevasf;
- b) Às especificações constantes deste documento;
- c) Às especificações do Caderno de Encargos da Codevasf;
- d) Às Normas de Segurança e Medicina do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego;
- e) Às normas da ABNT e do DNIT;
- f) Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT.

5.2.8. Todos os relatórios técnicos de campo e de serviços de escritórios serão submetidos à aprovação da Fiscalização, para verificação da aderência às obrigações contratuais, inclusive quanto às estabelecidas neste Termo de Referência.

5.2.9. Os serviços de campo e de escritório previstos neste Termo de Referência não estão vinculados. Pode ser expedida Ordem de Serviço exclusivamente para serviços em campo ou para serviços técnicos de escritório, ou para ambos.

5.2.10. Todos os equipamentos, acessórios, softwares e equipe envolvida nos trabalhos deverão ser apresentados à fiscalização para fins de verificação da adequação dos mesmos frente às exigências deste Termo de Referência, antes do início dos serviços.

- 5.2.11. Os custos de transporte da equipe de campo estão incluídos na Composição do Custo Unitário, sendo que eventuais discrepâncias nessa estimativa deverão ser absorvidas financeiramente pela contratada.
- 5.2.12. A metodologia para os serviços de apoio técnico administrativo aos contratos e convênios deve ser sempre discutida junta à fiscalização do contrato e os analistas da área, com vistas à obtenção de rendimento e resultado sempre otimizado, adequada à necessidade imposta pela demanda da Codevasf/Fiscalização em apoio ao contrato que a presente contratação visa atender (qualidade e prazo); a reunião de partida já poderá indicar a metodologia indicada aos trabalhos da contratada.
- 5.2.13. Os serviços de escritório objetivam a realização de análises especializadas a partir dos dados obtidos em campo realizados pela CONTRATADA, com a utilização de softwares específicos (incluindo-se as várias versões do software CAD e do software topográfico), a serem prestados nas dependências da Codevasf ou no escritório local da CONTRATADA.
- 5.2.14. Poderão ser objeto dos serviços de escritório, de forma exemplificativa: cálculo e detalhamento das movimentações de terra promovidas na execução das obras; cálculos de verificação de volumes; elaboração de plantas com indicação da localização das estacas; elaboração de relatórios fotográficos, de desenhos de seções transversais, de quadros de cubagem e de modelos digitais de terreno; tratamento de bases de dados de topografia; demais informações técnicas pertinentes, conforme o caso, dependendo do item de serviço contemplado em cada Ordem de Serviço e/ou contrato.

5.3. Produtos de Engenharia (Máquinas e Equipamentos)

- 5.3.1. São produtos de engenharia, solicitados por demanda neste Termo de Referência:
 - a) Análise documental de contratos de qualificação viária;
 - b) Análise de Projeto Executivo de qualificação viária;
- 5.3.2. Sobre a **Análise Documental** a equipe de apoio técnico administrativo deve:
 - a) Verificar a Conformidade das Informações;
 - b) Apurar a Execução dos Serviços;
 - c) Verificar os Ensaios e Controle Tecnológico;
 - d) Verificar as medidas de Segurança e Meio Ambiente;
 - e) Registrar a Ocorrência de Não Conformidades;
 - f) Elaborar de Relatórios e Comunicação junto ao fiscal do contrato.
- 5.3.3. Sobre a **Análise de Projeto Executivo** a equipe de apoio técnico administrativo deve:
 - a) Verificar a Conformidade do Projeto;
 - b) Acompanhar os dados de execução das Obras de topografia, terraplenagem, drenagem e pavimentação, fundações, superestrutura, armaduras concretagem e demais elementos correlatos às obras e serviços de qualificação viária e, se demandada, proceder com as verificações de campo pertinentes;

5.4. Levantamento Topográfico / Ensaios

- 5.4.1. Também são produtos de engenharia, solicitados por demanda neste Termo de Referência:
- 5.4.2. Levantamento topográfico:

- 5.4.2.1. A equipe será coordenada pelo engenheiro sênior gestor e/ou pelo fiscal do contrato da Codevasf.
- 5.4.3. As atividades a serem realizadas pela equipe de topografia compreendem:
- a) Serviços topográficos de apoio técnico administrativos;
 - b) Serviços topográficos diversos:
 - I. Levantamentos planimétricos e altimétricos, medições de serviços aderentes à qualificação viária (linear, área e volume), primitivo para projeto geométrico, etc;
 - II. Processamento dos dados coletados;
 - III. Elaboração de peças gráficas, produtos cartográficos e relatórios (inclusive de cálculo) utilizando softwares de topografia como: Topograph, Datageosis ou TopoEVN. As peças gráficas poderão ser elaboradas em software AutoCAD;
 - IV. Serviços de georreferenciamento, entre outros;
- 5.4.4. A execução dos serviços ocorrerá mediante a autorização do fiscal do contrato, via ordem de serviço específica, ou por meios de comunicação formais, e executada por equipe de trabalho dimensionada de acordo com a necessidade para o cumprimento da tarefa descrita no escopo da respectiva OS.
- 5.4.5. O fiscal do contrato, mediante demanda das gerências de apoio, deverá elaborar as solicitações de serviços, conforme demanda das atividades, na qual as equipes de apoio deverão iniciar os serviços solicitados.
- 5.4.6. Durante a execução do contrato, a contratada deverá desenvolver as atividades descritas a seguir:
- a) Representar a Codevasf no ambiente da obra;
 - b) Acompanhar a implantação e a execução da obra;
 - c) Proceder com as verificações de medições dos serviços executados, conferindo-os e encaminhando-os ao fiscal para ateste;
 - d) Responder às solicitações técnicas demandadas pela empresa contratada na execução dos serviços de qualificação viária, acionando o fiscal do contrato sempre que necessário, o qual acionará, se for o caso, suporte às equipes técnicas da Codevasf;
 - e) Auxiliar o fiscal nas vistorias dos serviços de qualificação viária verificando sua conformidade com as normas vigentes e o cumprimento de orientações técnicas;
 - f) Participar de operações especiais em situações de emergência;
 - g) Emitir relatórios mensais sobre os resultados das fiscalizações efetuadas e demais relatórios solicitados pelo fiscal do contrato;
 - h) Manter o fiscal da obra permanentemente informado a respeito das irregularidades encontradas;
 - i) Apresentar críticas e propor sugestões que visem tornar a fiscalização efetiva e aprimorar a agilização dos trabalhos de fiscalização, tornando-os mais eficazes, propondo medidas regularizadoras;
 - j) Planejar fiscalizações, estabelecer prioridades juntamente com a fiscalização da Codevasf;
 - k) Realizar outras atividades de natureza correlata.
- 5.4.7. Os serviços topográficos visam executar levantamentos planialtimétricos georreferenciados, planimétricos ou altimétricos, na atualização do cadastro das obras em geral (As Built), de áreas

e eixos de vias urbanas e rurais, medições de obras e serviços, devendo ser entregues em meio digital ou impresso, quando solicitado, com desenhos em escala adequada ao seu objetivo ou conforme a NBR 15.777/09 quando couber. Os formatos das pranchas dos desenhos, bem como os carimbos padrões serão fornecidos pela fiscalização da Codevasf.

- 5.4.8. A partir das medidas lineares, angulares e/ou de coordenadas, deverão ser calculados comprimentos, áreas, coordenadas e volumes, dentre outros elementos, que podem ser representados graficamente em mapas ou plantas.
- 5.4.9. Os levantamentos topográficos têm o objetivo de fornecer uma representação planialtimétrica dos pontos notáveis, acidentes geográficos, volume de movimentações de terra e outros pormenores do relevo nas áreas de execução das obras e serviços de qualificação viária, dentre outras, a serem fiscalizadas.
- 5.4.10. Os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:
 - a) Às disposições legais da União, do estado correspondente e dos municípios da área de atuação da Codevasf;
 - b) Às especificações constantes deste documento;
 - c) Às especificações do Caderno de Encargos da Codevasf;
 - d) Às Normas de Segurança e Medicina do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego;
 - e) Às normas da ABNT e do DNIT;
 - f) Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
 - g) À certificação de imóveis rurais junto ao INCRA, nos trabalhos de georreferenciamento, quando couber.
- 5.4.11. Os serviços de campo e escritório previstos neste Termo de Referência não estão vinculados. Pode ser expedida Ordem de Serviço, ou solicitação formal, exclusivamente para levantamentos topográficos em campo ou para serviços técnicos de escritório, ou para ambos.
- 5.4.12. Todos os equipamentos, acessórios, softwares e equipe envolvida nos trabalhos deverão ser apresentados à fiscalização para fins de verificação da adequação destes frente às exigências deste Termo de Referência, antes do início dos serviços
- 5.4.13. Os custos de transporte da equipe de campo estão incluídos na Composição do Custo Unitário, sendo que eventuais discrepâncias nessa estimativa deverão ser absorvidas financeiramente pela contratada.
- 5.4.14. A metodologia para os serviços de apoio técnico deve ser sempre discutida junta à fiscalização do contrato e os analistas da área, com vistas à obtenção de rendimento e resultado sempre otimizado, adequada à necessidade imposta pela demanda da Codevasf/Fiscalização em apoio ao contrato que a presente contratação visa atender (qualidade e prazo); a reunião de partida já poderá indicar a metodologia indicada aos trabalhos da contratada.
- 5.4.15. Poderão ser objeto dos serviços de escritório, de forma exemplificativa: cálculo e detalhamento das movimentações de terra promovidas na execução das obras; cálculos de verificação de volumes; elaboração de plantas com indicação da localização das estacas; elaboração de relatórios fotográficos, de desenhos de seções transversais, de quadros de cubagem e de modelos digitais de terreno; operações de descarga de dados; tratamento de bases de dados de topografia; demais informações técnicas pertinentes, conforme o caso, dependendo do item de serviço contemplado em cada Ordem de Serviço.

5.5. Ensaios:

- 5.5.1. Os ensaios serão coordenados pelo engenheiro sênior (Coordenador).
- 5.5.2. Antes do início da execução dos ensaios, deverá ser entregue o Planejamento e a definição do Plano de Amostragem.
- 5.5.3. Os **ensaios** a serem executados são os abaixo indicados:
 - I. **Concreto - Extração e Rompimento de Corpo de Prova:** ABNT NBR 7680-1:2015 – Extração, preparo, ensaio e análise de testemunhos de concreto / ABNT NBR 7680-2:2017 – Ensaio de compressão de testemunhos extraídos;
 - II. **Concreto - Rompimento de Corpo de Prova Cilíndrico:** ABNT NBR 5739:2018 – Ensaio de Compressão de Corpos de Prova de Concreto;
 - III. **Pavimento - Espessura de Corpo de Prova:** DNIT 107/2009-ME – Determinação da espessura de camadas do pavimento / ABNT NBR 14026:2020 – Pavimentação Asfáltica – Extração de testemunhos de revestimento asfáltico;
 - IV. **Pavimento - Teor de Ligante:** ABNT NBR 14910-1:2016 – Misturas Asfálticas – Determinação do teor de ligante pelo método de extração / DNIT 157/2010-ME – Determinação do teor de ligante em misturas asfálticas pelo método de extração por solvente;
 - V. **Pavimento - Densidade de Massa:** ABNT NBR 12697-6:2012 – Determinação da densidade de massa aparente de misturas asfálticas / DNIT 031/2006-ME – Determinação da densidade de mistura asfáltica pelo método do frasco de areia;
- 5.5.4. A execução dos serviços ocorrerá mediante a autorização do fiscal do contrato, via ordem de serviço específica ou solicitação formal, e executada por equipe de trabalho dimensionada de acordo com a necessidade para o cumprimento da tarefa.
- 5.5.5. A Distância Média de Transporte – DMT, nos deslocamentos para realização dos ensaios acima descritos, deverá ser ajustada de forma que represente a realidade identificada no planejamento e no plano de amostragem.
- 5.5.6. As solicitações de serviços serão repassadas pelo fiscal do contrato conforme demanda das atividades.
- 5.5.7. Os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:
 - a) Às disposições legais da União, do estado correspondente e dos municípios da área de atuação da Codevasf;
 - b) Às especificações constantes deste documento;
 - c) Às especificações do Caderno de Encargos da Codevasf;
 - d) Às Normas de Segurança e Medicina do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego;
 - e) Às normas da ABNT e do DNIT;
 - f) Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT.
- 5.6. Todos os quantitativos, custos, despesas diretas e indiretas, bem como demais encargos necessários para a perfeita execução dos serviços, encontram-se detalhados na Planilha de Custos Estimados que integra este Termo de Referência.
- 5.7. O contratante poderá solicitar ajustes ou complementações caso os serviços apresentados não atendam aos requisitos demandados.

6. EQUIPE TÉCNICA



6.1. Perfil, formação e experiência de cada membro:

- a) Engenheiro Sênior (Gestor): profissional, com nível superior em Engenharia Civil, registro profissional no órgão de classe competente, com tempo mínimo de formação de 10 anos e comprovada experiência em obras de qualificação viária, responsável por gerir o contrato, pelos dados coletados em campo, pela gestão da equipe de apoio técnico administrativo aos contratos e convênios de qualificação viária e serviços diversos.
- b) Engenheiro Sênior (Coordenador): profissional, com nível superior em Engenharia Civil, registro profissional no órgão de classe competente, com tempo mínimo de formação de 5 anos e comprovada experiência em obras de qualificação viária, responsável pela supervisão técnica das equipes de apoio à técnico administrativo aos contratos e convênios de qualificação viária, levantamento topográfico, ensaios técnicos e serviços diversos.
- c) Engenheiro Sênior (Apoio técnico): profissional, com nível superior em Engenharia Civil, registro profissional no órgão de classe competente, com tempo mínimo de formação de 5 anos e comprovada experiência às atividades de planejamento, gestão e acompanhamento de obras de qualificação viária, pavimentação e/ou construção de pontes, compreendendo, entre outras atribuições: a elaboração e análise de documentos técnicos; a estruturação e validação de orçamentos e planilhas orçamentárias; a preparação de medições e relatórios técnicos; a definição e consolidação de especificações técnicas; a elaboração e acompanhamento de contratos e convênios; a emissão de relatórios gerenciais e demais documentos pertinentes; análise de conformidade, bem como o monitoramento técnico-operacional das obras em execução.
- d) Engenheiro Pleno (Apoio técnico): profissional, com nível superior em Engenharia, registro profissional no órgão de classe competente, com tempo mínimo de formação de 3 anos e comprovada experiência em obras de qualificação viária, responsável pelas operações e emprego técnico de soluções, estudos preliminares, relatórios técnicos e documentos diversos.
- e) Ajudante administrativo: profissional, de nível médio com curso técnico e registro profissional no órgão de classe competente, responsável pelo suporte às atividades administrativas em projetos de engenharia, auxiliando na organização de documentos, controle de prazos, registros e comunicação entre equipes técnicas e setores da empresa.
- f) Topógrafo: profissional, de nível médio com curso técnico em topografia/agrimensura e registro profissional no órgão de classe competente, com experiência em levantamentos topográficos, responsável pelo levantamento planialtimétrico e acompanhamento de obras e serviços, para medição de quantitativos de serviços executados e apoio às demandas da fiscalização.
- g) Auxiliar de Topografia: profissional com, no mínimo, nível fundamental responsável por fazer o apoio à execução de serviços topográficos diversos, tais como levantamentos planialtimétricos necessários a elaboração de projetos, acompanhamento de obras e serviços, para medição de quantitativos de serviços executados e apoio às demandas da fiscalização.
- h) Laboratorista: profissional, de nível médio, com experiência em realizações de ensaios de infraestrutura, responsável por acompanhar os ensaios realizados pela empresa executora do pavimento e por coletar amostras para realização de ensaios.
- i) Auxiliar de laboratório: profissional com, no mínimo, ensino fundamental e preferencialmente com experiência na realização de ensaios de infraestrutura responsável por auxiliar o laboratorista.

7. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinentes e compatíveis com o



objeto desta licitação, nacionais ou estrangeiras, isoladas ou consorciadas, que atendam às exigências deste TR e seus anexos.

7.2. EMPRESAS ESTRANGEIRAS

7.2.1. As empresas estrangeiras poderão participar nas mesmas condições das empresas nacionais.

7.3. CONSÓRCIO:

7.3.1. Será permitida a participação de empresas jurídicas organizadas sob a forma de Consórcio, de no máximo 2 empresas.

7.4. SUBCONTRATAÇÃO:

7.4.1. Será permitida a subcontratação dos serviços objeto deste TR, com anuência prévia da Codevasf, com exceção da parcela de maior relevância e considerada principal do objeto deste TR.

7.4.2. São consideradas parcelas relevantes e principais deste TR, que não poderão ser objeto de subcontratação, discriminadas na Planilha de Custos do Orçamento de Referência (anexo III):

Cod.	Categoria / Insumo	PU	PT
MO	Mão de Obra		
P3	Engenheiro Sênior	R\$ 35.779,07	R\$ 7.155.814,00

PU - Preço Unitário (incluído encargos, taxas e impostos) - $PU = CUD \times \text{FatorK}$

PT - Preço Total (incluído encargos, taxas e impostos) - $PT = Qde \times PU$

7.5. PARTICIPAÇÃO DE SOCIEDADE COOPERATIVA:

7.5.1. Não será permitida a participação de sociedade cooperativa.

7.6. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

7.6.1. As microempresas e empresas de pequeno porte não poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, conforme justificativas no Anexo I.

8. VISITA AO LOCAL DAS OBRAS

8.1. A visita aos locais de prestação dos serviços NÃO será obrigatória, porém recomenda-se aos licitantes que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças, por intermédio de seu representante legal ou responsável técnico, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obterem, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

8.1.1. É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais estabelecidos.

8.1.2. A declaração de que tem ciência da abrangência dos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças será obrigatoriamente emitida pela empresa licitante (Modelo de Declaração de Ciência da Abrangência dos Locais de Execução dos Serviços – Anexo II deste TR), através dos seus prepostos.

8.2. Os custos de visita aos locais dos serviços correrão por exclusiva conta do licitante.



- 8.2.1. A PROPONENTE ao encaminhar a proposta, estará declarando que está ciente da abrangência dos municípios passíveis de execução dos serviços e que possui uma avaliação dos problemas futuros. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes da localização dos estudos/serviços.
- 8.2.2. Em caso de dúvidas sobre a visita ao local onde serão executados os serviços de engenharia, as licitantes deverão contatar com a Gerência de Qualificação Viária (AD/GQV) nos telefones (61) 2028-4439 ou (61) 2028-4611.

9. PROPOSTA FINANCEIRA

- 9.1. A Proposta de Preço, por Item, deverá ser firme e precisa, com clareza e sem rasuras, limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, e não poderá conter condições ou alternativas ou quantitativos não previstos neste TR e seus anexos constitutivos.
- 9.2. A Proposta constitui-se dos seguintes documentos:
 - 9.2.1. Planilha de Custos dos serviços com todos os seus itens, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme modelo constante do Anexo IV (Planilha de Custos da Proponente), que é parte integrante deste TR, observando os preços máximos globais orçados pela Codevasf.
 - 9.2.1.1. Proposta incluindo os quantitativos, custos e preços (unitários e total) dos insumos, mão de obra, custos administrativos, remuneração da empresa e despesas fiscais;
 - 9.2.1.2. Junto com a proposta, as Planilhas de Custos dos Serviços deverão ser apresentadas em meio eletrônico (Microsoft Excel ou software livre), em arquivo único, sem proteção do arquivo, objetivando facilitar a conferência da mesma;
 - 9.2.1.3. As planilhas de Custos Resumida e Detalhada deverão ser preenchidas assinadas por profissional competente, conforme os Artigos 13 e 14 da Lei nº 5.194/1966;
 - 9.2.1.4. Os salários dos profissionais referidos neste Termo de Referência não poderão ser inferiores ao piso estabelecido pela Lei nº 4.950A/66 (caso dos engenheiros).
 - 9.2.1.5. Não poderão ser apresentados preços unitários diferenciados para um mesmo serviço num mesmo item, no entanto, poderão ser oferecidos preços diferentes em itens distintos;
 - 9.2.1.6. No caso de existirem itens de serviços repetidos na Planilha de Custos da Proposta, será necessário apresentar apenas uma composição de preços unitários, referenciando os itens aos quais a composição pertence, sendo necessário entregar as referidas composições na mesma ordem e com os mesmos nomes dos serviços constantes das planilhas, devendo estar devidamente assinadas por profissional competente, conforme os Artigos 13 e 14 da Lei 5.194/1966;
 - 9.2.1.7. As composições de custos unitários poderão ser verificadas quanto à adequação ao objeto, cabendo à comissão solicitar a compatibilidade da composição de custo unitário ao objeto.
 - 9.2.2. Detalhamento dos Encargos Sociais e Despesas Fiscais
 - 9.2.2.1. O Licitante deverá demonstrar os percentuais dos encargos sociais básicos definidos em legislação. Os grupos de encargos que recebem incidência e reincidências dos encargos básicos devem ser corretamente definidos. O detalhamento deverá incluir os encargos sociais e da taxa de ressarcimento de despesas e encargos sobre a Mão de Obra com vínculo empregatício permanente e Mão de Obra sem vínculo empregatício ou com vínculo temporário;

9.2.2.2. No detalhamento dos encargos a licitante deverá considerar todos os impostos, taxas e tributos, conforme previsto na legislação vigente, ou seja, aplicado sobre o preço de venda dos serviços de engenharia;

9.2.2.3. Na composição e utilização do “Taxa de Ressarcimento de Despesas e Encargos” (Fator K) a LICITANTE deverá atentar para os seguintes detalhes:

- a) K1 – Encargos Sociais e Trabalhistas: Inclui todas as obrigações legais incidentes sobre a folha de pagamento, tais como: INSS patronal, FGTS, férias acrescidas de 1/3 constitucional, 13º salário, aviso prévio indenizado, descanso semanal remunerado, feriados, adicionais previstos em lei, RAT/SAT e demais encargos trabalhistas aplicáveis.
- b) K2 – Custos Administrativos e Indiretos: Corresponde aos custos de administração central e despesas indiretas da empresa, incluindo setores de gestão de pessoas, contabilidade, financeiro, infraestrutura administrativa e demais custos necessários ao gerenciamento do contrato.
- c) K3 – Lucro: Margem de remuneração da contratada, correspondente ao retorno financeiro esperado pela execução do serviço, aplicável sobre o custo da mão de obra.
- d) K4 – Tributos sobre o Faturamento: Abrange a carga tributária incidente sobre o faturamento da empresa contratada, considerando os tributos federais e municipais, tais como PIS, COFINS e ISS, de acordo com o regime tributário adotado.
- e) A LICITANTE deve utilizar o Fator K, constante na planilha orçamentária, relativo ao tipo de insumo ou mão de obra (com ou sem vínculo) que será efetivamente disponibilizado para a elaboração total dos serviços constantes neste Termo de Referência. Sendo facultado à LICITANTE utilizar a mão de obra com tipo de vínculo que se adeque a sua realidade comercial (permanente, temporário, autônomos, etc.), desde que alinhado com a Legislação Trabalhista vigente.
- f) Encargos Complementares: Além dos encargos sociais obrigatórios (INSS, FGTS, férias e 13º), a mão de obra contratada envolve encargos complementares, que representam custos adicionais necessários para a execução do contrato. Esses encargos incluem, entre outros: vale-transporte, auxílio-alimentação ou refeição, seguro de vida, assistência médica, uniformes, EPIs e treinamentos obrigatórios, conforme legislação e convenções coletivas de trabalho.
- g) Ressalta-se que Fator K pode ser alterado.

9.2.3. Cronograma Financeiro

9.2.3.1. Em relação ao cronograma financeiro, não haverá parcela de mobilização, nem de desmobilização, em função da natureza dos serviços, que não envolve canteiro de obras, não exige transporte de máquinas/equipamentos pesados.

9.3. A Proposta deve se basear no Anexo III – Planilha de Custos do Orçamento de Referência, e não pode apresentar:

- a) Preço global da proposta maior que a orçada pela Codevasf;
- b) Custo unitário por insumo maior que o orçado pela Codevasf;
- c) Modificações nos quantitativos;
- d) Custos e preços unitários inexequíveis.



- 9.3.1. Serão considerados preços unitários inexequíveis aqueles cujas planilhas de composição de custos unitários, salários, encargos sociais e demais insumos apresentarem desvios ou incompatibilidades evidentes em relação ao mercado e ou à legislação ou, ainda, com quantidades de serviços não compatíveis com a execução dos serviços objeto desta licitação, e que apresentar qualquer oferta de vantagem baseada em proposta das demais empresas ou de qualquer outra natureza, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- 9.4. Na PROPOSTA apresentada pela LICITANTE deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas no Edital e seus anexos, constituindo-se na única remuneração possível de ser atribuída pelos trabalhos futuramente contratados e executados.
- 9.5. A Proposta deverá ser datada e assinada pelo representante legal do licitante, com o valor global evidenciado em separado na 1ª folha da proposta, em algarismo e por extenso, baseado nos quantitativos dos serviços descritos na Planilha de Custos da Codevasf, nela incluídos todos os impostos e taxas, emolumentos e tributos, leis, encargos sociais e previdenciários, lucro, despesas indiretas, custos relativos à mão de obra e ao transporte até o local dos serviços. No caso de omissão das referidas despesas, considerar-se-ão inclusas no valor global ofertado.
- 9.6. Os custos máximos da mobilização e desmobilização de pessoal e equipamentos, por item, serão aqueles constantes da Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência e que integram o presente edital.
- 9.7. O Licitante deverá prever custos com combustível, lubrificantes, manutenção, depreciação, licenciamento, seguro e impostos dos veículos em sua Proposta.

10. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

10.1. Qualificação técnica

10.1.1. O licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), demonstrando o ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência, conforme legislação vigente;
- b) Declaração de conhecimento da abrangência dos locais de execução dos serviços (conforme item 8 e Anexo II) informando que tem conhecimento da abrangência dos locais onde serão executados os serviços de engenharia, emitido pelo próprio licitante, assinada pelo(s) o(s) Responsável(is) Técnico(s) ou Representante Legal;
- c) Capacidade Técnico-Operacional: Atestado(s) de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT do(s) profissional(is) responsável(is) à época ou da(s) Certidão(ões) de Acervo Operacional – CAO, devidamente registrada(s) no Crea da região onde os serviços foram executados, que comprove(m) que a licitante tenha executado, considerando a parcela de maior relevância indicada no item 7.4.2, serviços relativos à prestação de apoio técnico-administrativo à gestão de contratos e convênios de qualificação viária, conforme descrito abaixo.

	SERVIÇO	QUANT.
c.1)	Supervisão / Fiscalização / Execução de obras de pavimentação (qualquer tipo) em vias urbanas ou rodoviárias maiores que 50 km	1

- d) Será permitido o somatório dos quantitativos previstos na alínea “c.1”, mediante a

apresentação de mais de um atestado de capacidade técnica.

- e) Para atendimento à alínea “c”, serão aceitas a comprovação, nos mesmos moldes, de execução de serviços com características similares ao objeto desta licitação.
- f) Entende-se por serviços similares os projetos que contemplem os itens ou os serviços descritos a seguir:
 - Supervisão e acompanhamento de obras civis;
 - Consultoria em obras de pavimentação e obras de arte especiais (OEA);
- g) Definem-se como serviços de porte e complexidade semelhantes, aqueles que apresentam grandezas e características técnicas semelhantes às descritas nas Especificações Técnicas – Anexo V, parte integrante deste Termo de Referência;
- h) Deverá(ão) constar do(s) atestado(s) ou da(s) certidão(ões) expedida(s) pelo CREA e ou CAU, em destaque, os seguintes dados: local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada, nome(s) do(s) responsável(is) técnicos(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA; descrição técnica sucinta indicando os serviços e quantitativos executados e o prazo final de execução;
- i) Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual ele tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:
 - Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, todas as experiências atestadas serão reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas, na proporção quantitativa de sua participação no consórcio;
 - Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação.

10.2. Qualificação econômica financeira:

- 10.2.1. Registro de patrimônio líquido mínimo no valor de 10% (dez por cento) do valor orçado pela Codevasf.

11. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA, REFERÊNCIA DE PREÇOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. O valor estimado global para a contratação dos serviços de engenharia objeto deste Termo de Referência é de **R\$ 17.980.884,53 (dezessete milhões e novecentos e oitenta mil e oitocentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e três centavos)**, data base de **agosto/2025**, conforme o Anexo III – Planilha de Custos do Orçamento de Referência, sendo o valor máximo global aceito pela Codevasf.
- 11.2. Estão inclusos no valor acima os custos indiretos, os encargos sociais, as taxas, os impostos e os emolumentos. Os quantitativos e preços unitários dos serviços constam no Anexo III- Planilha de Custos do Orçamento de Referência, parte integrante deste Termo de Referência.
- 11.3. O valor estimado para a contratação foi elaborado com base nos seguintes de referência oficiais: SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil da Caixa Econômica Federal, Distrito Federal, SETOP - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade de Minas Gerais, ORSE – Orçamento de Obras de Sergipe, SUDECAP - Superintendência de Desenvolvimento da Capital – MG, SCO – Sistema de Custo de Obra – RJ, EMOP – Empresa Municipal

de Obras Públicas e Serviços – RJ, Tabela de Engenharia Consultiva da Codevasf (vigência de 2025), Relatório Sintético de Mão de Obra do DNIT, Relatório Sintético de Equipamentos, Tabela de Preços de Consultoria de Mão de Obra do DNIT e Relatório de Custos Gerais do DNIT. Para os serviços e materiais não constantes nos sistemas de custos citados acima, foram efetuadas pesquisas de mercado, além de composição de preços unitários.

- 11.4. As indicações para as despesas orçamentárias destinadas à contraprestação dos serviços serão definidas na etapa de formalização do contrato, conforme previsto no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito da Administração Pública federal. O orçamento estimado estará disponível permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

12. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 12.1. O prazo para execução do objeto deste TR é de 365 dias, a partir da data de emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes.
- 12.2. O prazo máximo para emissão da Ordem de Serviço é de 60 (sessenta) dias, contados da data de assinatura do contrato.
- 12.3. O prazo para vigência do contrato, contado em dias, a partir da data de sua assinatura, compreende o prazo máximo para emissão da Ordem de Serviço, o prazo de execução do objeto informado acima, acrescido de mais 60 (sessenta) dias consecutivos para recebimento definitivo e expedição do Termo de Encerramento Físico dos fornecimentos e mais 30 (trinta) dias para pagamento da Nota Fiscal, perfazendo um prazo total de vigência de 455 dias.
- 12.4. O prazo referenciado no subitem acima deverá atender o cronograma físico-financeiro constante do Anexo III deste Termo de Referência.

13. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 13.1. Os pagamentos dos serviços de engenharia serão efetuados em reais, com base nas medições mensais, dos serviços efetivamente executados, obedecendo os preços unitários apresentados pela CONTRATADA em sua proposta, e contra a apresentação da Fatura/Notas Fiscais, devidamente atestada pela fiscalização da Codevasf, formalmente designada, e do respectivo Boletim de medição referente ao mês de competência, observando-se o disposto nos subitens seguintes:
- 13.1.1. A Codevasf somente pagará a contratada pelos serviços efetivamente executados, com base nos preços integrantes da proposta aprovada e, caso aplicável, a incidência de reajustamento e reequilíbrio econômico financeiro e atualização financeira.
- 13.1.2. A Codevasf pagará a CONTRATADA mediante a apresentação de faturas, que deverão ser acompanhadas de Relatório de Execução dos Serviços e parecer da fiscalização por meio do Relatório de Acompanhamento Técnico, atestando a execução dos serviços e atividades realizadas no período.
- 13.1.3. Nos preços apresentados pelo licitante deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas neste TR e seus anexos, constituindo-se na única remuneração possível de ser atribuída pelos trabalhos contratados e executados.
- 13.1.4. A contratada deverá apresentar, junto com a fatura mensal, os comprovantes dos pagamentos dos salários e dos encargos sociais e trabalhistas (FGTS), além do ISS do mês anterior.



- 13.1.4.1. Caso a Codevasf faça a retenção do ISS não será necessária a comprovação de pagamento do mesmo.
- 13.2. O cronograma físico-financeiro apresentado pela licitante deve atender as exigências deste TR e ser entendido como primeira estimativa de evento dos serviços objeto desta licitação. Com base nesse cronograma de licitação, será ajustado um cronograma de execução de acordo com a programação física e financeira existente por ocasião da emissão da ordem de serviço, ou durante a execução do contrato, desde que devidamente autuado em processo, contemporâneo à sua ocorrência.
- 13.3. Considera-se que a aplicação da forma de pagamento definida nestes Termos de Referência remunera inteiramente a Contratada pela execução dos serviços, incluindo:
- 13.3.1. Custo de mão-de-obra, salários, acordos, dissídios coletivos, equipamentos, veículos, material de consumo, etc.;
- 13.3.2. Custos devidos a títulos de encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, securitárias, rescisão de contrato de pessoal, etc., conforme a legislação brasileira;
- 13.3.3. Remuneração de escritório e despesas fiscais;
- 13.4. Para efeito de pagamento será observado o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do ateste pela fiscalização da Codevasf nas faturas/notas fiscais da contratada.
- Nota Explicativa:** Atentar para o prazo máximo de 30 dias para pagamento. Esse prazo se inicia com o atesto da Nota Fiscal/Fatura, e abrange demais trâmites burocráticos. Ou seja, é o prazo desde o ateste da fiscalização até o envio da ordem bancária.
- 13.5. O atesto da fiscalização deverá ser efetuado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a entrega das faturas/notas fiscais.
- 13.6. Caso a fiscalização não ateste as faturas/notas fiscais, os documentos apresentados serão devolvidos à empresa contratada, sendo o prazo estabelecido no subitem 13.4 reiniciado após a entrega da nova documentação corrigida.
- 13.7. As faturas deverão vir acompanhadas da documentação relativa a cada serviço faturado, devidamente atestado pela Fiscalização, isentas de erros ou omissões, com destaque das alíquotas tributárias incidentes e com a indicação do domicílio bancário, agência, localidade e número da conta corrente para recebimento dos respectivos créditos.
- 13.8. Os documentos de cobrança indicarão, obrigatoriamente, o número e a data de emissão da Nota de Empenho, emitida pela CODEVASF, e, que cubram a execução do objeto
- 13.9. É de inteira responsabilidade da empresa contratada a entrega à CODEVASF dos documentos de cobrança, acompanhados dos seus respectivos anexos, de forma clara, objetiva e ordenada, que, se não atendido, implica desconsideração pela CODEVASF dos prazos estabelecidos.
- 13.10. O pagamento referente a cada medição será liberado mediante comprovação, pela contratada do recolhimento:
- Previdência Social, através da GPS – Guia de Previdência Social (art. 31, da Lei 8.212/1991), juntamente com o relatório SEFIP/GEFIP contendo a relação dos funcionários identificados no Cadastro Nacional de Obras - CNO, da obra objeto da presente licitação.
 - No primeiro faturamento deverá ser apresentada a inscrição no CNO, conforme art. 19, inc. II c/c art. 47, inc. X da IN 971/09 SRF.
 - FGTS: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante GRF – Guia de Recolhimento do FGTS com autenticação eletrônica, via bancária.
 - ISS: Caso o município onde serão executadas as obras, não disponha de convênio com a

Secretaria do Tesouro Nacional, para retenção do ISS, a Contratada deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal o formulário DAM – Documento de Arrecadação Municipal, correspondente ao valor do ISS da Nota Fiscal anteriormente apresentada, com a identificação do número da respectiva Nota Fiscal e alíquota incidente, com a devida autenticação Bancária, conforme Lei Complementar 116/2003.

- d) O ISS deverá ser recolhido no local onde a obra será executada.
- 13.11. As comprovações relativas ao INSS, FGTS e ISS a serem apresentadas deverão corresponder à competência anterior ao mês da emissão da NFS apresentada. Quando o serviço for realizado em município conveniado com a Secretaria do Tesouro Nacional, ocorrerá, por parte da CODEVASF, a retenção do ISS, por intermédio do SIAFI.
- 13.12. No caso da data de recolhimento do ISS ser posterior àquela citada ou ainda em caso de isenção, deverá ser apresentada declaração da Prefeitura com a indicação de sua data limite de recolhimento ou da condição de isenção.
- 13.13. A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar:
- a) Base de cálculo, alíquota e o valor a ser retido do INSS, referente aos serviços realizados em atendimento à Lei 8.212/1991, bem como a IN 971/09 – SRF;
 - b) Base de cálculo, alíquota e o valor a ser retido do ISS, referente aos serviços realizados em atendimento à Lei Complementar 116/2003;
 - c) O valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o art. 2º, § 6º da IN/SRF nº 1.234/2012, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.
- 13.14. As faturas só serão encaminhadas para pagamento depois de aprovadas pela área gestora, e deverão estar isentas de erros ou omissões, caso contrário, serão, de forma imediata, devolvidas à empresa contratada para correções.
- 13.15. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.
- 13.16. Não constituem motivos de pagamento pela CODEVASF serviços em excesso, desnecessários à execução do objeto e que forem realizados sem autorização prévia da Fiscalização. Não terá faturamento serviço algum que não se enquadre na forma de pagamento estabelecida neste Termo de Referência.
- 13.17. A empresa contratada deverá manter situação regular junto ao Cadastro Informativo de Créditos do Setor Público Federal - CADIN, conforme disposto no Art. 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002
- 13.18. Sendo constatada qualquer irregularidade em relação à situação cadastral da contratada, esta será formalmente comunicada de sua situação irregular, para que apresente justificativas e comprovação de regularidade. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita ao descumprimento do inc. IX do art. 69, da Lei 13.303/2016.
- 13.19. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a assinatura do contrato, de comprovada repercussão nos preços contratuais, ensejarão a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.

- 13.20. Ficam excluídos da hipótese referida no item anterior, tributos ou encargos legais que, por sua natureza jurídico tributária (impostos diretos e/ou pessoais), não reflitam diretamente nos preços do objeto contratual.
- 13.21. Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato será analisada consoante os pressupostos da Teoria da Imprevisão, nos termos como dispõe o art. 81, inc. VI, da Lei 13.303/2016.
- 13.22. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.
- 13.23. A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. A inadimplência do contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à empresa pública ou à sociedade de economia mista a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis, conforme § 1º do art. 77 da Lei 13.303/2016.
- 13.24. Será considerado em atraso, o pagamento efetuado após o prazo estabelecido no subitem 13.4, caso em que a CODEVASF efetuará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$AM = P \times I$$

Onde:

AM = Atualização Monetária;

P = Valor da Parcela a ser paga;

I = Percentual de atualização monetária, assim apurado:

$$I = \left[\left(\frac{1 + im1}{100} \right)^{dm1/30} \times \left(\frac{1 + im2}{100} \right)^{dm2/30} \times \dots \times \left(\frac{1 + imn}{100} \right)^{dmn/30} \right] - 1$$

Onde:

i = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA no mês "m";

d = Número de dias em atraso no mês "m";

m = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária.

13.24.1. Não sendo conhecido o índice para o período, será utilizado no cálculo o último índice conhecido.

13.24.2. Quando utilizar o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.

14. REAJUSTAMENTO

- 14.1. Reajustamento: os preços dos insumos código EMC permanecerão válidos pelo período de 1 (um) ano, contando da data de apresentação da proposta. Após este prazo, poderão ser reajustados de acordo com a com a tabela de índices da FGV/IBRE, sendo o índice que melhor representa o reajustamento dos custos de apoio técnico o de código 157980 – FGV – Série 4 – Índice de Obras Rodoviárias – Consultoria (Supervisão e Projetos), aplicando-se a seguinte fórmula:

$$R = V \times \frac{(I_1 - I_0)}{I_0}$$

Onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;



I1 = índice correspondente ao mês de aniversário da proposta;

I0 = índice inicial correspondente ao mês de apresentação da proposta.

15. ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO

- 15.1. A contratada deverá imprimir os projetos, relatórios, desenhos, produtos de levantamentos e medições das obras e serviços a serem fiscalizados, quando necessários.
- 15.2. A contratada deverá fornecer todas as condições para que a sua equipe técnica execute os serviços com segurança e logística para atenderem a necessidade da fiscalização da Codevasf.
- 15.3. A contratada deverá fornecer diárias aos profissionais em trânsito.
- 15.4. A contratada deverá fornecer EPI para os profissionais de campo como: botinas, capacetes, protetores auriculares, uniformes, creme para pele com protetor solar e etc.
- 15.5. A contratada deverá fornecer os veículos para a locomoção dos profissionais.
- 15.6. A contratada deverá apresentar mensalmente uma programação das ações do mês subsequente para ser autorizada pelo fiscal da Codevasf e quaisquer ações urgentes deverão ser solicitadas e autorizadas pela Codevasf previamente.
- 15.7. A contratada deverá fornecer, quando solicitada, ART quitada do responsável técnico das atividades de fiscalização, durante a realização de seus serviços, inclusive para as atividades solicitadas, onde conste exigência legal para o exercício profissional e responsabilidade técnica para os documentos técnicos elaborados.

16. ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS

- 16.1. Elaboração de Plano de Trabalho a ser aprovado pela fiscalização contendo o Plano de Logística da contratada para execução dos serviços abaixo, contendo a sequência de etapas/fases/tarefas, mensurando o tempo a ser gasto em cada uma e os recursos materiais e humanos envolvidos:
 - a) Apoio à fiscalização técnica de obras de pavimentação;
 - b) Produtos de Engenharia;
 - c) Controle tecnológico/ ensaios.
- 16.2. Elaboração de relatórios mensais de progresso das ações do programa - documento a ser apresentado pela contratada, que traduz o resultado mensal dos serviços ou de componente dos serviços, com fotografias digitais georreferenciadas do andamento dos empreendimentos.
- 16.3. Relatório de acompanhamento de serviços – deverá ser entregue mensalmente junto à medição da Contratada.
- 16.4. Relatório de execução dos ensaios – deverá ser entregue quando houver demanda.

17. APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

- 17.1. Os trabalhos de natureza técnica deverão observar as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.
- 17.2. As normas, em qualquer hipótese, antes de sua aplicação, estarão sujeitas à aceitação pela Codevasf.
- 17.3. A Redação da documentação pertinente será obrigatoriamente apresentada na Língua Portuguesa, excluídos os eventuais termos técnicos específicos.



- 17.4. Os Relatórios de Execução de Serviços (Mensal, Anual e Final), bem como relatórios específicos solicitados, deverão ser emitidos pela Contratada em meio digital e, quando solicitado pela fiscalização, em vias impressas.

18. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

- 18.1. A aferição da execução do objeto contratual será realizada com base na disponibilização dos postos de trabalho, conforme estabelecido neste Termo de Referência. O pagamento será redimensionado proporcionalmente, sempre que a CONTRATADA:
- a) Deixar de executar as atividades contratadas ou executá-las com qualidade inferior à mínima exigida; ou
 - b) Deixar de alocar os recursos humanos e materiais previstos, ou utilizá-los em quantidade ou qualidade inadequadas.
- 18.2. Os postos de trabalho serão definidos considerando as atividades a serem desempenhadas e a carga horária semanal de 40 (quarenta) horas por posto.
- 18.3. Para fins de controle e faturamento, será adotada a seguinte fórmula de cálculo da quantidade de postos mensais:
- Quantidade de postos = estimativa de horas mensais de serviço / 160 horas/posto.
- 18.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- a) Comprovação da assiduidade e do cumprimento da carga horária dos profissionais designados;
 - b) Entrega dos produtos ou atendimento às demandas, quando aplicável;
 - c) Qualidade técnica da execução, avaliada pela fiscalização, com base em relatórios mensais e validação funcional.
- 18.5. 19.5. Eventuais faltas não justificadas, descumprimento da carga horária ou desempenho inferior ao mínimo exigido ensejarão glosas proporcionais, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas contratualmente.
- 18.6. 19.6. Não será admitido, em hipótese alguma:
- a) Pagamento de horas extras, adicional noturno, insalubridade ou quaisquer outras verbas não previstas no Edital ou neste Termo de Referência;
 - b) Redimensionamento da equipe sem prévia análise técnica e autorização da Codevasf;
 - c) Atuação fora da carga horária contratada.

19. GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 19.1. Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, que deverá ser entregue em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do instrumento, em espécie, Seguro Garantia emitida por seguradora autorizada pela SUSEP ou Fiança Bancária, a critério da contratada.
- 19.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,08% (oito centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Codevasf a promover a rescisão do contrato por descumprimento de suas cláusulas, conforme dispõe as condições contratuais.



- 19.3. A garantia a que se refere o subitem acima deverá ser entregue na Gerência de Qualificação de Viária (AD/GQV) da Codevasf, lotada da Sede, em Brasília/DF.
- 19.4. A prestação de garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá ter validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato.
- 19.5. Após a assinatura do Termo de Encerramento Físico do contrato, será devolvida a “Garantia de Execução”, uma vez verificada a perfeita execução do objeto contratual.
- 19.6. A garantia em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela Codevasf, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da Codevasf.
- 19.7. A não integralização da garantia representa inadimplência contratual, passível de aplicação de multas e de rescisão, na forma prevista nas cláusulas contratuais.
- 19.8. Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, de forma a manter a observância do disposto no caput desta cláusula, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.
- 19.9. Não haverá qualquer restituição de garantia em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a garantia reverterá e será apropriada pela Codevasf.
- 19.10. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - b) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Codevasf à contratada; e
 - c) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

20. MULTAS

- 20.1. Nos casos de inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe a aplicação de multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, independente das demais sanções previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos.
- 20.2. Nos casos de inexecução parcial do objeto, por culpa exclusiva da CONTRATADA, será cobrada multa de 10% (dez por cento) do valor da parte não executada do contrato, sem prejuízo da responsabilidade civil e perdas das garantias contratuais.
- 20.3. Nos casos de atrasos na execução de serviços descritos no cronograma físico do objeto ou no atendimento às exigências contratuais e editalícias, por conta exclusiva da CONTRATADA, aplicar-se-á multa moratória conforme os graus de penalidades estabelecidos abaixo:

Graus de Penalidade:

- Grau 01 – multa de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso;
- Grau 02 – multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia;

- Grau 03 – multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor total do item estimado no cronograma físico-financeiro para o período;
- Grau 04 – multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor contratual atualizado.

Tabela 1 - Inadimplências e o respectivo grau de penalidade

Inadimplências	Grau de Penalidade
Pelo não atendimento à determinação estipulada pela FISCALIZAÇÃO, no prazo por ela estabelecido, desde que seja comunicada à CONTRATADA através do registro no Diário de Obras ou no Livro de Ocorrências ou por outro documento escrito.	01
Pela não apresentação de itens exigidos em cláusulas editalícias ou contratuais, dentro do prazo estabelecido.	02
Por dificultar ou impedir o acesso da FISCALIZAÇÃO a documentos, materiais e canteiros de obras.	02
Pelo atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos no Cronograma Físico do objeto, desde que injustificados ou cuja justificativa não tenha sido aceita pela FISCALIZAÇÃO.	03
Pelo atraso na conclusão do objeto, em conformidade com o prazo contratado ou aditado.	04

- 20.4. Comprovando o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela FISCALIZAÇÃO, em relação a um dos eventos arrolados na Tabela 01, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
- 20.5. A multa será calculada na forma prevista no edital ou no contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, conforme previsão do artigo 167 e 168, inciso V, do RILC.
- 20.6. Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela Codevasf, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte.
- a) A multa será descontada da garantia prestada pela contratada;
 - b) Caso o valor da multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
 - c) Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a contratada será convocada para complementação do seu valor no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da convocação;
 - d) Não havendo qualquer importância a ser recebida pela contratada, esta será convocada a recolher à Gerência de Finanças da Codevasf – AE/GFN - o valor total da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da comunicação.
- 20.7. O licitante vencedor terá um prazo inicialmente de 10 (dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data de cientificação da aplicação multa, para apresentar recurso à Codevasf. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da Superintendência Regional/Sede, que procederá ao seu exame.
- 20.8. Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Autoridade Competente da Codevasf, que poderá dar provimento ou não ao recurso.

- 20.9. Em caso de provimento ao recurso, não sendo aplicada a multa, a Codevasf se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.
- 20.10. Caso a Autoridade Superior mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

21. FISCALIZAÇÃO

- 21.1. A fiscalização dos serviços será feita por empregado formalmente designado, a quem compete verificar se a CONTRATADA está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram e competências definidas no Manual de Contratos da Codevasf.
- 21.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercida por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à gestão do contrato.
- 21.3. Cabe à Fiscalização o acompanhamento da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, reajustamento, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vistas a assegurar o cumprimento das cláusulas a vença das e a solução de problemas relativos ao objeto.
- 21.4. Fica assegurado aos técnicos da Codevasf o direito de a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou por meio de terceiros, da execução dos serviços prestados pela CONTRATADA, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.
- 21.5. A fiscalização deverá acompanhar a execução dos serviços objeto do contrato, como representante da Codevasf, de forma a garantir o cumprimento do que foi pactuado, observando para que não haja subcontratação de serviços vedados no instrumento assinado pelas partes.
- 21.6. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais, exigir-se-á a apresentação da documentação comprobatória pertinente.
- 21.6.1. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (CLT).
- 21.6.2. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.
- 21.6.3. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela Contratada poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 21.6.4. A Contratante poderá conceder prazo para que a Contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identifica má-fé ou a incapacidade de correção.
- 21.7. Deverá esclarecer dúvidas ou fornecer informações solicitadas pelo preposto/representante da contratada ou, quando não estiverem sob sua alçada, encaminhá-las a quem compete.

- 21.8. Deverá checar se a contratada disponibilizou os equipamentos e recursos humanos previstos para a execução dos serviços.
- 21.9. Tratar diretamente com a equipe de apoio à fiscalização, exigindo atuação em conformidade com o instrumento do contrato, cobrando a presença de técnicos no local da prestação dos serviços, emissão de relatórios, boletins ou outros documentos que se façam necessários ao fiel cumprimento do objeto.
- 21.10. Solicitar da CONTRATADA a relação de empregados contratados e terceirizados, com as seguintes informações: nome completo, cargo ou função, valor do salário, número do RG e do CPF.
- 21.11. Acompanhar o cumprimento, pela CONTRATADA, do cronograma físico -financeiro pactuado, encaminhando ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, eventuais pedidos de modificações solicitados pela contratada.
- 21.12. Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão dos serviços ou em relação a terceiros, cientificando -a da possibilidade de não conclusão do objeto na data aprazada, com as devidas justificativas.
- 21.13. A fiscalização observará, ainda, as seguintes diretrizes:
- 21.13.1. Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):
- 21.13.1.1. Será elaborada planilha -resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;
- 21.13.1.2. Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela Contratada e pelo empregado;
- 21.13.1.3. O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);
- 21.13.1.4. Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a Contratada; e
- 21.13.1.5. Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).
- 22.14.1. Fiscalização diária:
- 22.14.1.1. Devem ser evitadas ordens diretas da Contratante dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto;
- 22.14.1.2. Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da Contratada; e
- 22.14.2. Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

- 22.14.2.1. Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço
- 22.15. Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;
- 22.15.1.1. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no Sicafe; e
- 22.15.1.2. Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto legislação vigente.
- 22.16. Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a Contratada observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.
- 22.17. A Contratante deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.
- 22.18. Durante a execução do objeto, o fiscal deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 22.19. O fiscal deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 22.20. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 22.21. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 22.22. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 22.23. O fiscal, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos da Lei nº 14.133, de 2021 e 13.303, de 2016.
- 22.24. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como o: marca, qualidade e forma de uso.
- 22.25. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto na Lei nº 14.133, de 2021 e Lei 13.303, de 2016.
- 22.26. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada,

incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da Contratante, conforme disposto na Lei nº 14.133, de 2021 e Lei 13.303, de 2016.

- 22.27. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a Contratante comunicará o fato à Contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 22.27.1. Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 22.27.2. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 22.27.3. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.
- 22.28. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias
- 22.29. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, em conformidade com a Lei nº 14.133 de 2021, de 1993 e Lei nº 13.303, de 2016.
- 22.30. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o instrumento contratual.
- 22.31. O fiscal do contrato terá 05 (cinco) dias úteis para analisar os relatórios e documentos apresentados pela contratada, contados do dia seguinte do recebimento destes.
- 22.32. Analisar e aprovar os relatórios mensal e final e, em caso de não aprovação, devolução destes para as correções e complementações necessárias, de acordo com as análises encaminhadas à contratada.
- 22.33. Notificar a contratada sobre quaisquer ocorrências encontradas em desconformidade com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação.
- 22.34. Manter em arquivo organizado memória de cálculo dos quantitativos de serviços executados e os consequentes boletins de medição com vistas a atender demandas de órgãos de controle interno e externo.
- 22.35. Atestar as notas fiscais e encaminhá-las ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, para providências quanto ao pagamento.
- 22.36. Receber analisar e encaminhar ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, para providências, os pedidos de reajuste/repactuação e reequilíbrio econômico financeiro.
- 22.37. Manter controle sobre o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e

encaminhar processo ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, no caso de solicitação de prorrogação do prazo de vigência contratual.

- 22.38. Analisar e emitir nota técnica referente aos pedidos de prorrogação de prazos, de interrupções na execução do objeto, de serviços extraordinários, de modificações no projeto ou alterações relativas à qualidade, à segurança e outras, de modo a subsidiar a decisão final pela autoridade competente.
- 22.39. Informar à unidade de finanças, mediante Termo de Encerramento Físico – TEF, quanto ao término da vigência do contrato, para providências do sentido de liberação da garantia contratual em favor da contratada.
- 22.40. Receber as etapas dos serviços mediante medições precisas e de acordo com as regras contratuais.
- 22.41. Informar ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante as ocorrências relacionadas à execução do contrato que ultrapassem a sua competência de atuação, objetivando a regularização das faltas ou defeitos observados.
- 22.42. Receber, provisória e definitivamente, os serviços sob sua responsabilidade, mediante recibo ou Termo Circunstanciado, quando não for designada comissão de recebimento ou outro empregado.
- 22.43. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais tenha sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 22.44. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.
- 22.45. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a CONTRATADA mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

22. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

- 22.1. Para a finalização dos trabalhos e, respectiva emissão, por parte da Codevasf, do Termo de Encerramento Físico e do Atestado de Capacidade Técnica, além da liberação da caução contratual, a CONTRATADA deverá apresentar todos os relatórios exigidos neste TR, analisados e aprovados pela Codevasf.
 - 22.1.1. Após o término dos serviços objeto deste TR, a CONTRATADA requererá à FISCALIZAÇÃO, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data de sua solicitação.
 - 22.1.2. Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido pela FISCALIZAÇÃO um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.
 - 22.1.3. Após o recebimento provisório do objeto pela FISCALIZAÇÃO, será designado Servidor ou Comissão para o recebimento definitivo do objeto, que deverá ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias da data de sua designação.
 - 22.1.4. Na hipótese da necessidade de correção, o Servidor ou Comissão estabelecerá um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.
 - 22.1.5. Aceitos e aprovados os serviços, será emitido o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA, possibilitando a liberação da garantia.



- 22.1.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela execução dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos neste Termo de Referência, por parte da CONTRATADA.
- 22.1.7. Após a emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF), o Diretor ou Gerente-Executivo da Área correspondente, no caso de contratos firmados pela Sede, ou o Superintendente Regional, para os contratos firmados pelas Superintendências Regionais, emitirá, caso solicitado, o Atestado de Capacidade Técnica declarando a qualidade e o desempenho dos serviços prestados pela Contratada.
- 22.1.8. A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:
- a) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF);
 - b) Emissão do Atestado de Capacidade Técnica;
 - c) Liberação da Caução Contratual.
- 22.1.9. A última fatura de serviços somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico do Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

23. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 23.1. A Codevasf deverá atentar-se aos critérios e práticas estabelecidos pelo Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, que regulamentou o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes.
- 23.2. O Decreto nº 7.746/2012, em seu art. 2º, estabelece que na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes adotarão critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos e, em seu art. 4º, considera como critérios e práticas sustentáveis, entre outras:
- a) baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
 - b) preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
 - c) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
 - d) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
 - e) maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
 - f) uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
 - g) origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e
 - h) utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.
- 23.3. Na execução da obra e serviços será exigido o pleno atendimento da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, onde a CONTRATADA deverá adotar as seguintes providências:
- a) Deverá ser priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas.
 - b) Deverá fazer o uso obrigatório de agregados reciclados nas obras contratadas, sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais.

c) Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e a coleta seletiva do papel para reciclagem, promovendo sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da IN MARE nº 6, de 3/11/95, e do Decreto nº 5.940/2006, ou outra forma de destinação adequada, quando for o caso.

c1) Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva.

d) Otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:

I) Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;

II) Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

III) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

IV) Racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;

V) Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI) Treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição.

e) Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);

f) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

g) Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

h) Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:

I) Pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;

II) Lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;

III) Pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.

23.4. Se houver a aquisição de bens, a CONTRATADA deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, conforme a instrução normativa SLTI/MP nº 01/2010:

- a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- d) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).



- 23.5. A CONTRATADA deverá comprovar a adoção de práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.

24. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

- 24.1. A CONTRATADA deverá atender à legislação pertinente à proteção da integridade física e da saúde dos trabalhadores durante a realização dos serviços, conforme dispõe a Lei nº 6.514 de 22/12/1977, Portaria nº 3.214, de 8/6/1978, que deverá:
- 24.1.1. Cumprir e fazer cumprir as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho – NRs, pertinentes à natureza dos serviços a serem desenvolvidos;
 - 24.1.2. Elaborar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, além do Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR nos casos previstos nas NR-18 e NR-9;
 - 24.1.3. Constituir e manter os Serviços Especializados em Engenharia de Segurança do Trabalho - SESMT conforme dimensionamento disposto no Quadro II da NR-4.

25. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 25.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Codevasf antes do início dos trabalhos, os seguintes documentos:
- 25.2. Plano de Trabalho a ser aprovado pela fiscalização contendo o Plano de Logística da contratada para execução dos serviços, contendo a sequência de etapas/fases de uma tarefa ou a sequência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, mensurando o tempo a ser gasto em cada uma e os recursos materiais e humanos envolvidos.
- 25.3. Cronograma físico-financeiro, detalhado e adequado ao Plano de Trabalho referido na alínea acima. O cronograma deverá ser atualizado antes do início efetivo dos serviços, em função do planejamento previsto pela Contratada e dos fornecimentos de responsabilidade da Codevasf, e atualizado/revisado periodicamente conforme solicitação da fiscalização e nas ocasiões em que houver alteração contratual nos termos permitidos em Lei e no RILC.
- 25.4. As Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº. 6.496/77, juntamente com o registro dos responsáveis técnicos pelos serviços objeto desta licitação, conforme Resolução nº 317 de 31/10/86.
- 25.5. Relação dos serviços especializados que serão subcontratados, considerando as condições estabelecidas no item 7.3.1 deste Termo de Referência. A Contratada quando da solicitação de autorização para os serviços parciais a serem subcontratados, deverá demonstrar em serviços e/ou fornecimentos que serão subcontratados, bem como, comprovar as exigências da habilitação, conforme descrito abaixo, da empresa subcontratada, que deverá ser previamente aprovada pela Fiscalização da Codevasf:
- d1) Regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e qualificação econômico-financeira deverá ser atendida conforme exigência do Edital;
 - d2) Registro ou inscrição da SUBCONTRATADA no Conselho de Classe Profissional, demonstrando o ramo de atividade;
 - d3) Comprovação de capacidade técnica -operacional da SUBCONTRATADA, representada por certidão(ões) ou atestado(s) expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhado do CAT - Certidão de Acervo Técnico do profissional responsável à época, comprovando a execução de serviços similares àqueles que serão

subcontratados, em empreendimentos de porte e complexidade similares ao objeto da licitação;

- d4) Declaração de que entre os responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Codevasf;
- d5) Durante a execução do CONTRATO a SUBCONTRATADA indicada pode ser substituída por empresa com capacidade equivalente ou superior, desde que aprovado previamente pela Codevasf.

25.6. Currículos com a qualificação compatível (formação, experiências e demais requisitos), dos postos de trabalho demandados, para análise da Codevasf, no prazo de 10 dias.

- e1) Em caso de reprovação, a Contratada tem o prazo de 10 dias para apresentação de novos currículos.

25.7. A Contratada deverá apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, ou da admissão/mudança de profissional ou posto de trabalho:

- a) Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto dos serviços, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;
- c) Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;
- d) Declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

25.7.1. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

25.8. Substituir, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do contrato.

25.9. Substituir, sempre que exigido pela Codevasf, qualquer de seus empregados em serviço, cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou satisfatório à Codevasf, ou de equipamentos, de forma imediata, cujo funcionamento esteja de forma nula ou ineficiente.

25.10. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador.

25.11. Autorizar a Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis

25.12. Fornecer sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações



previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante.

- 25.13. A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 25.14. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.
- 25.15. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Recita do Brasil, como objetivo de verificar se as contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado.
- 25.16. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimento de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 25.17. Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 25.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor e 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 25.19. A contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e manter situação regular junto ao Cadastro Informativo de Créditos do Setor Público Federal – CADIN, conforme disposto no Artigo 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.
- 25.20. A Contratada deverá apresentar em até 5 (cinco) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço um Preposto, aceito pela Codevasf para representá-la na execução do objeto contratado, sob pena de sanções administrativas.
- 25.21. Apresentar-se pessoalmente, sempre que solicitada, através do seu Responsável Técnico e/ou Coordenador dos trabalhos.
- 25.22. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 25.23. Relatar à Codevasf toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- 25.24. Acatar as orientações da Codevasf, notadamente quanto ao cumprimento das Normas Internas, de Segurança e Medicina do Trabalho.
- 25.25. Assumir a inteira responsabilidade pelo transporte interno e externo do pessoal até o local dos serviços.
- 25.26. Utilização de pessoal habilitado e experiente, bem como de equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados para a boa execução dos serviços.

- 25.27. Alocar tantas frentes de serviços quantas forem necessárias (mediante anuência prévia da fiscalização), para possibilitar a perfeita execução dos serviços dentro do prazo contratual.
- 25.28. Responsabilizar-se pelo fornecimento de toda a mão de obra, sem qualquer vinculação empregatícia com a Codevasf, necessária à execução dos serviços objeto do contrato.
- 25.29. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais previdenciárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.
- 25.30. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária, os quais, exclusivamente, correrão por sua conta, inclusive o registro do serviço contratado junto aos conselhos profissionais competentes.
- 25.31. A CONTRATADA deve assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.
- 25.32. Promover a substituição dos profissionais integrantes da equipe técnica somente quando caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior, sendo que a substituição deverá ser feita por profissional de perfil técnico equivalente ou superior e mediante prévia autorização da Codevasf.
- 25.33. Na hipótese de eventuais Termos Aditivos, que venham acrescentar o valor da contratação, a contratada deverá reforçar a caução inicial durante a execução dos serviços contratados, de acordo com a cláusula contratual, que trata sobre "CAUÇÃO".
- 25.34. A CONTRATADA deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores ou empregados do órgão ou entidade CONTRATANTE e dos órgãos de controle interno e externo.
- 25.35. Caso a contratada seja registrada em região diferente daquela em que serão executados os serviços objeto deste TR, deverá apresentar visto, novo registro ou dispensa de registro, em conformidade com disposto nos arts. 5º, 6º e 7º da Resolução CONFEA nº 336 de 27 de outubro de 1989.
- 25.36. A Contratada será responsável por quaisquer acidentes de trabalho referentes a seu pessoal que venham a ocorrer por conta do serviço contratado e/ou por ela causado a terceiros.
- 25.37. Corrigir os serviços rejeitados pela Fiscalização dentro do prazo estabelecido pela mesma, arcando com todas as despesas necessárias.
- 25.38. Caberá à CONTRATADA obter e arcar com os gastos de todas as licenças e franquias, pagar encargos sociais e impostos municipais, estaduais e federais que incidirem sobre a execução dos serviços.
- 25.39. Assumir toda a responsabilidade pela execução dos serviços contratados perante a Codevasf e terceiros, na forma da legislação em vigor, bem como por danos resultantes do mau procedimento, dolo ou culpa de empregados ou prepostos seus, e ainda, pelo fiel cumprimento das leis e normas vigentes, mantendo a Codevasf isenta de quaisquer penalidades e responsabilidades de qualquer natureza pela infringência da legislação em vigor, por parte da CONTRATADA.
- 25.40. A CONTRATADA será responsável, perante a Codevasf, pela qualidade do total dos serviços, bem como pela qualidade dos relatórios/documentos gerados, no que diz respeito à observância de normas técnicas e códigos profissionais.
- 25.41. A CONTRATADA deverá tomar todas as providências para proteger o meio ambiente, nos âmbitos interno e externo ao local de execução dos serviços, obedecendo às instruções advindas da



Fiscalização, além de evitar danos e aborrecimentos às pessoas e/ou propriedades privadas ou públicas.

- 25.42. A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 11.129/22, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.
- 25.43. A CONTRATADA entende e aceita que é condicionante para a execução dos serviços de engenharia objeto da presente licitação atender ainda às seguintes normas complementares:
- 25.44. Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos, e as normas técnicas e procedimentos formais da Codevasf;
- 25.45. Normas técnicas da ABNT e do INMETRO, principalmente no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.
- 25.46. A Contratada deverá disponibilizar, para toda a mão de obra contratada, sistema de registro de ponto digital.
- 25.47. A CONTRATADA deverá disponibilizar veículos para equipe técnica conforme especificações constantes das Planilhas de Preços e Quantidades que integram o presente Termo de Referência.
- 25.48. Os veículos deverão ser identificados como “a serviço da Codevasf” conforme instruções contidas no anexo VIII (Manual de uso da marca do governo federal e instruções para utilização da logomarca).
- 25.49. Ficará a contratada responsável pela cobertura das despesas com combustível e serviços gerais de manutenção dos veículos previstos no subitem 24.40, durante todo o período de execução serviços, sendo que os custos das despesas estão previstos na Planilha Orçamentária.
- 25.50. Estes automóveis podem ser próprios da Contratada e/ou de empresa locadora legalmente constituída.
- 25.51. A Contratada deverá repor os veículos (automóvel) sem condições de uso no prazo máximo de 24 horas.
- 25.52. Os veículos deverão ser equipados com sistema de rastreamento veicular.
- 25.53. Investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para o ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações com o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 11.129/22, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

26. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

- 26.1. Exigir da CONTRATADA o cumprimento de todas as obrigações assumidas, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 26.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos

empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

- 26.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência e eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando -se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 26.4. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.
- 26.5. Rejeitar todo e qualquer serviço inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.
- 26.6. Emitir parecer para liberação das faturas e pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 26.7. Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:
 - a) A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio - transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
 - b) O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;
 - c) O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

27. MATRIZ DE RISCOS

- 27.1. A matriz de riscos está apresentada no anexo VI deste Termo de Referência com o objetivo de definir os riscos de exposição da execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação, dado relevante para sua identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para o dimensionamento das propostas pelas licitantes.
- 27.2. A contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade na Matriz de Riscos seja da Codevasf.
- 27.3. A contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, daqueles alocados para a contratada.
- 27.4. Constitui peça integrante do contrato a matriz de riscos, independentemente de transcrição no instrumento.
- 27.5. A contratada tem pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos e deve levar tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.
- 27.6. O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do objeto contratual. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere impactos econômicos positivos ou negativos, bem como no prazo de execução do contrato.
- 27.7. Sempre que atendidas as condições do contrato e mantidas as disposições do contrato e as



disposições da matriz de riscos, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

- 27.8. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivo de prazo nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na matriz de riscos.
- 27.9. Os casos omissos na matriz de riscos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.
- 27.10. A referida matriz de riscos é parte integrante do contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas neste TR.

28. CONDIÇÕES GERAIS

- 28.1. Todo o acervo de dados, assim com as estatísticas geradas de forma individual e coletiva e todo o material produzido e compilado durante a execução do Contrato serão de propriedade da Codevasf, e seu uso por terceiros só se realizará por expressa autorização desta.
- 28.2. Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transições.

29. ANEXOS

- 29.1. São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência:

Anexo I: Justificativas;
Anexo II: Modelo de Declaração de Ciência da Abrangência dos Locais de Execução dos Serviços;
Anexo III: Planilha de Custos do Orçamento de Referência e Cronograma Físico-Financeiro;
Anexo IV: Planilha de Custos da Proponente;
Anexo V: Especificações Técnicas;



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

Anexo VI: Matriz de Risco;

Anexo VII: Relação dos Municípios na Área de Atuação da Codevasf/Sede;

Anexo VIII: Manual de uso da marca do governo federal e instruções para utilização da logomarca.

Responsável pelas informações:

ASSINADO ELETRONICAMENTE

RAMON GONÇALVES DE LIMA

Chefe de Unidade – AD/GQV/UGV

De acordo:

ASSINADO ELETRONICAMENTE

THIAGO FREITAS DE PORFÍRIO SOUSA

Gerente de Qualificação Viária – AD/GQV

Aprovado por:

ASSINADO ELETRONICAMENTE

HENRIQUE DE ASSIS COUTINHO BERNARDES

Diretor – Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD



ANEXO I: JUSTIFICATIVAS

Finalidade: este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especialidade da obra ou serviço de engenharia, previstas no Termo de Referência e que após relacionadas passam a integrar o TR.

JUSTIFICATIVAS:

Da escolha da solução mais adequada ao atendimento da necessidade:

Considerando o aumento expressivo dos recursos destinados à Codevasf, a ampliação de sua área de atuação e a crescente demanda por ações de qualificação viária no Distrito Federal, bem como nas Superintendências Regionais da Companhia em todo o território nacional, tornou-se imprescindível a contratação de empresa especializada para prestar apoio técnico administrativo na gestão de contratos e convênios.

A complexidade dos instrumentos firmados exige acompanhamento sistemático para garantir a correta aplicação dos recursos públicos, a conformidade documental, o cumprimento dos prazos estabelecidos e a mitigação de riscos administrativos.

Relatórios e auditorias do Tribunal de Contas da União (Acórdãos 84/2020, 713/2019 e 1795/2024 – Plenário) reforçam a importância do fortalecimento da gestão administrativa de contratos e convênios, apontando fragilidades quando não há suporte técnico adequado.

Nesse contexto, a terceirização de serviços de apoio técnico administrativo, com profissionais devidamente qualificados, apresenta-se como a solução mais adequada, pois assegura maior eficiência, padronização de procedimentos, segurança jurídica, economicidade e interesse público, contribuindo diretamente para a boa execução de contratos, convênios e ações sob responsabilidade da Codevasf.

Serviço comum de apoio técnico administrativo

Os serviços descritos neste Termo de Referência têm por finalidade a prestação de apoio técnico-administrativo à gestão de contratos e convênios de qualificação viária, no âmbito de atuação da Codevasf/Sede, tratando-se de atividades acessórias, passíveis de execução indireta conforme o Decreto nº 9.507/2018 uma vez que não integram as atribuições previstas no Plano de Cargos e Salários (PCS) da Codevasf.

Trata-se de serviço comum, de natureza padronizável e passível de definição objetiva, voltado a atender demandas recorrentes e específicas das unidades da Companhia, mediante fornecimento de produtos e entregas previamente quantificadas em unidades de medida.

A execução do serviço exige o envolvimento de profissionais com perfil técnico e administrativo adequado, cuja atuação visa garantir a conformidade documental, o suporte aos processos de fiscalização e a adequada tramitação das informações contratuais e administrativas, contribuindo para a eficiência e o controle das ações vinculadas à qualificação viária.

A prestação será realizada conforme demanda, observando-se as quantidades e condições estabelecidas pela Codevasf, nos termos do Sistema de Registro de Preços – SRP.

Do procedimento de pesquisa de preços realizado e dos critérios adotados para a seleção dos orçamentos formadores do valor estimado:

Para a definição do valor estimado da contratação, foi realizada pesquisa de preços fundamentada em referências oficiais e metodologias consolidadas, com base na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, que estabelece diretrizes para a elaboração de orçamentos em contratações públicas, assegurando transparência, eficiência e precisão na estimativa de custos. A análise considerou planilhas orçamentárias e composições de preços unitários elaboradas pela área demandante, contemplando encargos sociais, benefícios e despesas fiscais, em consonância com bibliografia técnica especializada, diretrizes do DNIT e jurisprudência do TCU.

Foram utilizadas como sistemas de referência oficiais as tabelas do SINAPI (CAIXA), SICRO, Tabela de Engenharia Consultiva da Codevasf e relatórios do DNIT (mão de obra, equipamentos e consultoria), todos atualizados em agosto/2025. Para itens cotados diretamente no mercado, aplicaram-se critérios estatísticos baseados no Coeficiente de Variação (CV), respeitando limites previstos em normativos internos da Codevasf, sendo adotado o menor valor entre a média e a mediana das cotações válidas.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

O valor estimado da licitação foi definido pela equipe da AD/GQV, com base em parecer técnico da Gerência de Custos, garantindo que a estimativa final refletisse de forma fidedigna os custos médios praticados no mercado.

Esse conjunto de procedimentos assegura que o valor estimado represente com precisão os custos de referência, garantindo a exequibilidade da contratação e a observância dos princípios da economicidade, transparência e eficiência.

Da adoção do SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS):

Justifica-se a adoção do procedimento licitatório em razão da conveniência administrativa e das especificidades do objeto, cuja execução ocorrerá conforme demanda da Codevasf/Sede. O serviço será prestado de forma fracionada, com produtos previamente definidos e quantificados em unidades de medida padronizadas, atendendo à necessidade de contratações frequentes.

Da prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços:

Sim. A ata será prorrogável por mais 12 meses para acompanhar eventual dilatação do prazo de execução das obras a serem acompanhadas. A prorrogação da Ata de Registro de Preços poderá abranger, além da extensão do prazo de vigência, a renovação do quantitativo originalmente registrado, de acordo com a necessidade da Administração e observados os limites legais.

Da não instauração de procedimento de Intenção de Registro de Preços (dispensa de divulgação) e não permissão de participantes na licitação:

A divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP) não se aplica ao presente caso, em razão da natureza específica do objeto, restrita ao âmbito de atuação da Codevasf.

Da admissão de adesão dos órgãos não participantes:

Sim – Será admitida a adesão apenas das Superintendências Regionais e da Sede da Codevasf, considerando que o objeto em questão é específico da Codevasf.

Justificativa da adoção do valor estimado público:

Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

À publicidade do valor estimado da licitação:

Público: Nos termos do Acórdão nº 1502/2018 – Plenário/TCU, nas licitações promovidas por empresas estatais, a divulgação do orçamento de referência no edital é obrigatória sempre que utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, em observância ao princípio da publicidade, haja vista que o art. 34 da Lei nº 13.303/2016 não estabelece vedação absoluta à sua revelação

Critério de Julgamento:

Menor preço, de acordo com o Art. 67 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf, tendo em vista o princípio da economicidade, destacando-se que foram previstas e especificadas as condições mínimas para garantir a qualidade do objeto licitado.

Da divulgação do valor orçado:

Divulgado. Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU – Nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

Dos requisitos de aceitação das propostas:

O regime de execução será empreitada por preço unitário. A definição dos requisitos de aceitação da



proposta financeira visa assegurar a conformidade com os princípios da legalidade, isonomia, economicidade e eficiência previstos na Lei nº 13.303/2016, garantindo a viabilidade técnica e financeira da execução contratual.

As propostas deverão ser firmes, claras e precisas, sem rasuras ou condições alternativas, acompanhadas de planilhas detalhadas de custos – incluindo encargos sociais, despesas gerais, administração e BDI – em formato eletrônico aberto (Excel ou software livre). Essa exigência assegura transparência, rastreabilidade das informações e análise objetiva pela Comissão de Licitação.

A composição de preços unitários deve contemplar todos os custos diretos e indiretos (impostos, taxas, transporte, manutenção, seguros, entre outros), observando pisos salariais legais e normas coletivas aplicáveis, de forma a evitar propostas inexequíveis e assegurar a isonomia entre licitantes.

As propostas deverão respeitar os preços máximos estabelecidos na Planilha de Custos do Orçamento de Referência, em conformidade com as recomendações do TCU, prevenindo superfaturamento e protegendo os recursos públicos.

Sempre que possível, deverão ser previstos insumos, mão de obra e tecnologias locais, de modo a reduzir custos logísticos e fomentar o desenvolvimento socioeconômico regional, sem comprometer a qualidade dos serviços.

Da exigência de apresentação de capital social mínimo:

A exigência de capital social no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor orçado pela Codevasf é uma medida de proteção para garantir que apenas empresas com condições financeiras adequadas participem do processo licitatório, promovendo a segurança e a eficácia na execução dos contratos públicos.

Participação de sociedade cooperativa:

Não. Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de cooperativas uma vez que as especificidades do objeto e da prestação de serviço exige recursos técnicos específicos e uma gestão operacional centralizada e não concede autonomia dos cooperados, conforme exigido pela IN MPOG 5/2017.

Participação de Empresas Estrangeiras

A participação de empresas estrangeiras na presente licitação é juridicamente admissível e tecnicamente justificável, nos termos do art. 5º, §1º, e art. 14 da Lei nº 14.133/2021, que asseguram tratamento isonômico entre empresas nacionais e estrangeiras, salvo disposições específicas previstas em acordos internacionais.

Considerando a natureza especializada do objeto — prestação de serviço de apoio técnico-administrativo na gestão de contratos e convênios de qualificação viária —, a ampliação da concorrência é medida que contribui para a obtenção da proposta mais vantajosa, em consonância com o art. 11, I, da mesma Lei.

Além disso, no contexto do Sistema de Registro de Preços (SRP), a inclusão de empresas estrangeiras habilitadas amplia o leque de potenciais contratados, conferindo maior eficiência e aderência à finalidade do sistema, conforme previsto nos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021.

Participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte:

As microempresas e empresas de pequeno porte não poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, uma vez que o item tem valor estimado superior à receita bruta máxima permitida para o enquadramento como empresa de pequeno porte, que é de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). Portanto, não se aplicará o tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar 123/2006, conforme disposto no Parecer Jurídico nº 753/2024.

Participação de consórcios:

Sim. Considerando a amplitude e a complexidade das atividades de apoio técnico administrativo na gestão de contratos e convênios de qualificação viária, admite-se a participação em consórcio, de forma a reforçar a capacidade técnica e financeira dos licitantes, ampliar a disponibilidade de profissionais qualificados e assegurar maior competitividade no certame.



Nesta licitação será admitida a participação de consórcio de até 2 (duas) empresas, tendo em vista que o objeto envolve a disponibilização de mão de obra em atividades administrativas e técnicas de apoio à gestão contratual e convencional. A limitação justifica-se pelo fato de que a divisão das atribuições entre duas empresas é suficiente para atender às diferentes áreas de atuação previstas, garantindo eficiência operacional sem comprometer a coordenação das atividades e o acompanhamento da execução contratual.

Permissão para Subcontratação:

Será admitida a subcontratação de serviços objeto deste TR, desde que previamente autorizada pela Codevasf, excetuando-se as parcelas consideradas relevantes e principais, descritas no item 7.4.2 e na Planilha de Custos do Orçamento de Referência.

Essa limitação preserva a execução direta das atividades técnicas essenciais, assegurando a responsabilidade integral da contratada e evitando perda de controle sobre o objeto principal, em conformidade com os princípios da eficiência e da economicidade previstos na Lei nº 13.303/2016.

Da forma de pagamento:

A forma de pagamento proposta tem por objetivo assegurar a compatibilidade entre as etapas de medição e o cronograma físico-financeiro da obra, garantindo coerência entre a execução dos serviços e a liberação dos recursos.

Critérios de reajustamento:

O reajustamento tem por objetivo garantir justiça e equilíbrio contratual, protegendo o interesse público e os direitos da contratada. Será aplicado após 12 (doze) meses da proposta, com base no índice FGV/IBRE – Código 157980 (Obras Rodoviárias – Consultoria), por refletir de forma adequada os custos dos serviços de apoio técnico especializado, em conformidade com o art. 40, XI, da Lei nº 14.133/2021 e com o art. 4º do Decreto nº 2.271/1997.

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:

Os serviços a serem contratados serão executados por prazo não inferior a um ano, em conformidade com o planejamento orçamentário vigente.

No caso de licitação sob o Sistema de Registro de Preços, conforme dispõe o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, não é obrigatória a indicação da dotação orçamentária na fase de planejamento da licitação, sendo esta exigida apenas no momento da formalização do contrato ou outro instrumento equivalente, assegurando-se, assim, a compatibilidade com o Plano Plurianual e com as respectivas leis orçamentárias anuais.

Garantia de Execução (caução):

A exigência de caução justifica-se, para contratos de valor expressivo, como uma medida robusta de gestão de risco e seguridade jurídica, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf. Essa garantia financeira visa assegurar o pleno e fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais pela empresa, incluindo prazos, especificações técnicas e a qualidade dos serviços. Em caso de inadimplemento, a caução pode ser acionada para ressarcir a Administração Pública, cobrindo custos adicionais para a conclusão do objeto ou reparação de eventuais danos, garantindo a proteção do interesse público com base nos princípios da eficiência e da economicidade.

Garantia do objeto:

A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2022. O empreiteiro responderá durante 5 (cinco) anos pela solidez e segurança do trabalho.



Sobre a licença ambiental ou dispensa do licenciamento:

O objeto deste Termo de Referência, sendo um serviço de apoio técnico-administrativo para a gestão de contratos de qualificação viária, não exige licenciamento ambiental, pois não é uma atividade de intervenção direta no meio ambiente. A responsabilidade pela obtenção das licenças ambientais, conforme a legislação, é exclusiva das empresas contratadas para a execução física das obras, as quais efetivamente geram impactos no meio ambiente.

Sobre a verificação da liberação, ocupação, utilização, aquisição ou desapropriação dos bens públicos ou particulares necessários à execução projetada:

Por se tratar de atividade de apoio técnico e administrativo de Convênios e Contratos de obras de pavimentação e pontes, entende-se que estas questões serão tratadas no contrato das obras.

Justificativa para não adoção do IMR

Considerando que o objeto em análise trata da contratação de serviços de apoio técnico-administrativo na gestão de contratos e convênios de qualificação viária na área de atuação da Codevasf/Sede, verifica-se que se trata de prestação de serviço de natureza intelectual/administrativa, não envolvendo fornecimento de bens ou insumos materiais que demandem padronização ou compatibilidade técnica com sistemas preexistentes. Dessa forma, conclui-se que não há necessidade de adoção de IMR para o presente objeto, uma vez que a descrição técnica da contratação deve se restringir às atividades a serem desempenhadas, ao perfil dos profissionais requeridos e aos resultados esperados, em conformidade com a legislação aplicável.

CrITÉRIOS de medição:

A medição será realizada tomando como base a extensão de vias pavimentadas prevista em contrato, considerando o apoio técnico proporcional ao quantitativo de quilômetros (km) executados. Essa forma de mensuração garante a vinculação direta entre a necessidade de apoio técnico administrativo e a execução física do objeto, permitindo que o pagamento seja realizado de acordo com os serviços efetivamente demandados. O critério adotado encontra respaldo na sistemática do Sistema de Registro de Preços (SRP), atendendo às recomendações técnicas e assegurando a adequada proporcionalidade entre custos e entregas.

Modalidade licitatória:

Pregão Eletrônico.

A licitação reger-se-á pelo disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e seus regulamentos específicos, como os Decretos nº 11.246/2022, nº 11.461/2023 e nº 11.617/2023, e demais normas complementares aplicáveis.

Não adoção do regime de contratação semi-integrada:

O objeto do presente TR não configura obra de engenharia, não sendo necessária a elaboração de projetos engenharia nem a execução de obras.

Qualificação técnica:

As exigências técnicas são indispensáveis para que a vencedora do certame garanta a capacidade técnica de executar os serviços de engenharia com a segurança e a qualidade esperada. As exigências contidas neste Termo de Referência se justificam em função da necessidade de “seleção” de empresas com capacidade técnica, executiva e expertise comprovada para garantir a perfeita execução do contrato e, dessa forma, auxiliar a Codevasf a cumprir a sua missão institucional.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

ANEXO II: MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DA ABRANGÊNCIA DOS LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

(Disponível em arquivo digital)



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

ANEXO III: PLANILHA DE CUSTOS DO ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

(Disponível em arquivo digital)



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

ANEXO IV: PLANILHA DE CUSTOS DA PROPONENTE

(Disponível em arquivo digital)



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

ANEXO V: ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

(Disponível em arquivo digital)



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

ANEXO VI: MATRIZ DE RISCO

(Disponível em arquivo digital)



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

ANEXO VII: RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA CODEVASF/SEDE-DF

(Disponível em arquivo digital)



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

ANEXO VIII: Modelo de placa de obra, manual de uso da marca do governo federal e instruções para utilização da logomarca.

(Disponível em arquivo digital)